

6. AS REPRESENTAÇÕES DE SEXUALIDADE NO ÂMBITO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SERGE MOSCOVICI

*Diane Ângela Cunha Custódio, Ana Lúcia Nery Sabath e
Edmilson Cardoso da Silva*

Introdução

Este trabalho objetiva uma revisão sobre a Teoria das Representações Sociais e suas contribuições na análise das representações acerca da sexualidade.

A teoria das representações sociais foi formulada por Serge Moscovici, com a finalidade de obter maior compreensão da construção do conhecimento dinâmico e mutável no âmbito do senso comum. O autor inspirou-se na teoria das representações coletivas de Émile Durkheim, cuja maior característica era a distância em relação ao dinamismo das representações buscadas por Moscovici (LOBO; WERNECK, 2018).

Em suas representações sociais, Moscovici prioriza o movimento e a transformação do conhecimento, aspectos considerados por ele essenciais. Além disso, deu destaque para o papel do sujeito, defendendo a ideia de que sujeito e objetivo não podem ser concebidos separados um do outro.

As representações sociais, alvo do interesse de Moscovici (2011), são aquelas inseridas em uma sociedade dinâmica, caracterizada pela ocorrência intensa e acelerada de transformações, devido ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. De modo que Moscovici não focava seu interesse nas sociedades primitivas, interessando-se pelas representações sociais das sociedades atuais em pleno processo de transformação. De acordo com

Lobo e Werneck (2018, p. 9): “Identificar as representações sociais de uma sociedade permite mapear e visualizar o modo como o pensamento é disseminado e está organizado socialmente, mesmo que uma organização seja efêmera, devido ao próprio dinamismo das trocas simbólicas de uma sociedade de massas”.

O aspecto importante relativo às representações, é que estas estabelecem um elo com o indivíduo, que busca reorganizar esse processo subjetivamente de modo a tornar algo não familiar em familiar. Nesse sentido, Moscovici (2011) explica que novas representações sociais emergem à medida que o indivíduo se depara com um fenômeno não familiar, que para ele não faz sentido provocando conflitos onde o conhecimento de um determinado objeto era antes compreensível e dominado por um grupo. As novas representações surgem como tentativa de tornar familiar algo até então desconhecido para, posteriormente, adotar uma postura, uma forma de ação em relação a esse objeto.

Com base nessas reflexões, as análises aqui apresentadas buscam identificar como os indivíduos são influenciados pelas representações sociais sobre a sexualidade que está presente na sociedade e, para isso, traçou-se um breve relato histórico das influências que a sexualidade sofreu ao longo do tempo.

Este trabalho está estruturado em três partes: na primeira discorre-se sobre a concepção e características das representações sociais. A segunda parte apresenta a teoria de Serge Moscovici sobre as representações sociais. E a terceira reflete sobre a sexualidade no âmbito das representações sociais.

Concepção e características de representações sociais

A teoria das Representações Sociais (RS) surgiu com o psicólogo romeno Serge Moscovici (1925-2014), tendo sido apresentada por ele em 1961 na obra intitulada “A Psicanálise, sua Imagem e seu Público”. A partir desse estudo, Moscovici deu origem a uma nova postura epistemológica pois, de acordo com sua afirmação,

“a absorção da ciência pelo senso comum não implica em uma vulgarização do saber científico, mas significa o surgimento de um tipo de conhecimento vinculado a outras necessidades, norteados por outros critérios e contextos específicos (MACHADO, 2019).

Embora não tenha elaborado um conceito fechado para RS, Moscovici (2012) as concebe como entidades quase tangíveis que circulam, se cruzam e se consolidam continuamente por meio da fala, do gesto, do encontro cotidiano. Para ele, a maioria das relações sociais efetivadas, dos objetos produzidos e consumidos e das comunicações realizadas estão impregnadas por essas relações.

Conforme o próprio autor destaca, as RS são “um conjunto de conceitos, preposições e explicações criado na vida cotidiana no decurso da comunicação interindividual”. Elas “são o equivalente, na nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais...”, podendo, portanto, serem vistas “como a versão contemporânea do senso comum” (MOSCOVICI, 1981, p. 181).

Na concepção de Jodelet (1993), as RS são importantes na vida cotidiana, pois guiam em direção à compreensão dos fenômenos observáveis do cotidiano, na forma de interpretá-los, estabelecê-los e na tomada de posição acerca deles, ou seja, preparar para a ação, uma vez que regulam e dão sentido a comportamentos.

A autora concebe representação social como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 1993, p. 36).

Conforme destacado por Jodelet (1993), também designado como “saber do senso comum” e mesmo “saber ingênuo”, “natural”, esta forma de conhecimento é distinta de outras formas, inclusive do conhecimento científico. Mas é considerada como um objeto de estudo também legítimo, em virtude de sua importância na vida social, dos esclarecimentos que propiciam sobre os processos cognitivos e as interações sociais.

Como fenômenos cognitivos, as representações sociais relacionam o pertencimento social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, às interiorizações das experiências de

práticas, modelos de conduta e de pensamento socialmente internalizados ou transmitidos pela comunicação social, que estão aí vinculados. Sendo assim, as representações sociais são abordadas simultaneamente como o produto e o processo de uma atividade voltada para a apropriação da realidade exterior ao pensamento, bem como da elaboração psicológica e social dessa realidade. Isto é, volta-se para uma modalidade de pensamento, seu aspecto constituinte, processos de constituição e produtos ou conteúdos (JODELET, 1993). De acordo com Lopes (2013, p. 25159), as características da RS são:

A primeira característica do conjunto das RS é a organização. Ela possui uma estrutura e não uma coleção de elementos cognitivos. Seus elementos se interagem uns com os outros. A sua segunda especificidade é o fato de ser compartilhada por membros de um grupo social específico. A natureza consensual de uma representação é geralmente parcial e localizada. A terceira característica reside no seu método de construção que é coletivamente produzido por meio de um processo mais global de comunicação. A quarta se refere aos seus propósitos. As RS possuem uma estrutura conceitual flexível que possibilita entender e explicar a maneira como os indivíduos e grupos elaboram e comunicam suas realidades sociais. Possuem um aparato de métodos e ferramentas diretamente aplicáveis à análise de uma extensão ampla de questões sociais, pois está localizada na interface do social e do psicológico.

De acordo com Spadoni (2016), trata-se do conhecimento popular que se pode perceber nas conversas entre os indivíduos, nas crenças populares, nos ditados, nos conselhos dos mais velhos, etc. Conhecimento esse que é compartilhado por muitas pessoas, significando que elas pensam da mesma maneira acerca de determinados assuntos. Esses conhecimentos que indicarão às pessoas a forma de agir diante de diferentes situações sociais, estabelecendo uma forma de ver o mundo, ou de enxergar a realidade que é inerente a um grupo social ou cultural.

Mas, ressalta-se que, mesmo esses conhecimentos sendo compartilhados por muitas pessoas, não significa que isso acontece de forma consensual, isto é, “eles dependem da pertença grupal

dos indivíduos e, por isso, se diferenciam conforme o grupo do qual a pessoa participa” (SPADONI, 2016, p. 83).

A representação, portanto, funciona como sistema socio-cognitivo e como sistema contextualizado. No primeiro caso, supe-se um sujeito ativo que produz representações sobre um determinado objeto. Essas representações, ainda que estejam submetidas às regras dos processos cognitivos, são determinadas a princípio pelas condições sociais em que se elabora e se transmite uma representação (ABRIC, 1994).

Dentre as funções das representações sociais, Abric (1994) destaca as de saber, de identidade, de orientação e justificação das condutas. A função de saber possibilita aos sujeitos a compreensão e explicação de uma determinada realidade, conforme o funcionamento do seu sistema cognitivo e seu universo de valores e crenças. A função de identidade serve como uma proteção à especificidade dos grupos uma vez que situa os indivíduos ou grupos no contexto social.

Ao exercer a função de orientação, a representação atua como guia de comportamentos e práticas. Nesse sentido, a representação conduz à antecipação das ações, ao intervir na finalidade da situação, no tipo de atitude cognitiva a ser adotada pelos sujeitos sociais evidenciando, assim, sua natureza prescritiva (ABRIC, 1994).

No item a seguir, apresentar-se-á a teoria das representações sociais em Serge Moscovici, o que possibilitará uma maior visão dessa teoria.

A teoria de representações sociais em Serge Moscovici

Conforme explicação de Carmo e Resende (2018), na concepção de Moscovici (2011), a forma dos indivíduos se relacionarem com a realidade acontece a partir de representações da mesma, ou seja, de compreensões e interpretações daquilo que os cerca. A criação dessas representações deve-se à necessidade de se

informar, de saber como comportar-se e dominar o mundo. Neste sentido, a proposta de Moscovici (2011) pensa as representações não como um conceito, mas como um fenômeno. Desse modo,

contrapondo assim a compreensão que a sociologia tinha das representações vistas como artifício exploratório e irredutível a análises posteriores, havia uma afirmação da existência das representações coletivas, como por exemplo o mito, a religião, existentes a priori e com certa imutabilidade. Diferentemente da Teoria das Representações Sociais, desenvolvida no âmbito da psicologia, que considera o aspecto sociológico da construção da realidade, mas a partir das experiências sócio cognitivas dos grupos na construção de conhecimentos, tendo foco de análises suas estruturas e dinâmicas (CARMO; RESENDE, 2018, p. 560).

De acordo com colocações de Lobo e Werneck (2018), ao desenvolver a teoria das representações sociais, Moscovici teve como objetivo compreender a construção do conhecimento, dinâmico e propenso a mudanças, no âmbito do senso comum, sendo que a teoria das representações coletivas de Durkheim a sua inspiração, cuja maior característica é a tendência de serem eternizadas, o que não condiz com o dinamismo das representações por ele buscadas.

Os autores mencionam que Durkheim estabeleceu sua teoria sobre representações voltado para a observação de sociedades arcaicas. Sendo assim, a principal função de suas representações coletivas assentava-se no propósito de manter a coesão social dessas sociedades, mediante a imposição de modelos fixos, visando o delineamento do comportamento individual (LOBO; WERNECK, 2018). Discordando das formulações durkheimianas, o próprio Moscovici (2011, p. 45-46) afirma que:

Do ponto de vista de Durkheim, as representações coletivas abrangiam uma cadeia completa de formas intelectuais que incluíam ciência, religião, mito, modalidades de tempo e espaço, etc. De fato, qualquer tipo de ideia, emoção ou crença que ocorresse dentro de uma comunidade, estava incluído. Isso representa um problema sério, pois, pelo fato de querer incluir demais, inclui-se muito pouco: querer compreender tudo é perder tudo. Intuição, assim como a experiência, sugere que é impossível cobrir um raio de conhecimento e crenças tão amplos.

Conhecimento e crença são, em primeiro lugar, demasiado heterogêneos, e, além disso não podem ser definidos por algumas poucas características gerais.

Em sua teoria de representações sociais, Moscovici tanto valoriza o movimento e a transformação do conhecimento, ao mesmo tempo que rompe com o pensamento de Durkheim por enfatizar o papel do indivíduo fora da ideia positivista de um sujeito e de um objeto puro (LOBO; WERNECK, 2018). Afirmam os autores:

Os indivíduos enquanto sujeitos sociais interagem com a realidade e aprendem ao seu modo o pensamento coletivo, ao mesmo tempo que representam e expressam esse conhecimento. Dessa forma, é correto destacar que as representações sociais valorizam a diversidade sobre a origem das representações (LOBO; WERNECK, 2018, p. 9).

Neste contexto, as representações sociais determinam o elo entre o indivíduo e a sociedade, visto que estão presentes na mente das pessoas, não sendo, contudo, a representação de uma única pessoa. Para ser social a representação precisa perpassar pela sociedade e ter certo nível de representação, conforme ressaltam Lobo e Werneck (2018), a partir das considerações de Guareschi (2000).

É em razão disso, que a teoria das representações sociais se volta para o entendimento do pensamento de uma sociedade dinâmica, na qual as transformações acontecem intensa e rapidamente, sob o impulso do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, o que levou Moscovici (2011, p. 48) a afirmar:

As representações sociais que me interessam não são nem as das sociedades primitivas, nem as suas sobreviventes, no subsolo de nossa cultura, dos tempos pré-históricos. Elas são as de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico, humano, que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornar tradições imutáveis.

A identificação das representações sociais de uma sociedade possibilita o mapeamento e visualização do modo como o pensamento é disseminado e de como está socialmente organizado,

ainda que essa organização seja efêmera, em razão do próprio dinamismo que caracteriza as trocas simbólicas de uma sociedade de massas (LOBO; WERNECK, 2018).

Um aspecto ressaltado e defendido por Moscovici é a existência de um conhecimento de senso comum, que possibilita a explicação de determinadas práticas. Esse conhecimento é concebido por ele como um conhecimento verdadeiro, e não como um disfuncionamento do conhecimento científico. A grande questão envolvendo esse conhecimento de senso comum é que por tratar-se de um conhecimento circunscrito, difere do conhecimento científico que se caracteriza pela busca da generalização e da operacionalização. Desse modo, a teoria das representações sociais configura-se como uma proposta científica de leitura do conhecimento de senso comum e, por isso, está voltado para o conteúdo das representações (CRUSOÉ, 2004).

Outro aspecto ressaltado por Moscovici (2011, p. 35) é quanto ao fato de as representações influenciarem o modo dos indivíduos de apreenderem a realidade, o que acaba contribuindo na preparação de ações concretas, pois “nenhuma mente está livre dos efeitos dos condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem e cultura”.

Nesse mesmo sentido, Lobo e Werneck (2018, p. 10) mencionam que é possível perceber nitidamente a dimensão social à medida que as representações são construídas partindo “de um determinado contexto social, no qual ocorre a tomada de posição e o estabelecimento de modelos de conduta a partir dos diversos pontos de vista dos grupos sociais, que surgem a partir de informações que são muitas vezes dispersadas de maneira desigual”.

Conforme afirmação de Moscovici (2011), ao construir uma compreensão sobre um objeto e ao comunicar/compartilhar essa compreensão, as RS assumem duas funções, quais sejam: convencionalizar e prescrever. Convencionalizar objetivos, pessoas e conhecimentos, significa dar-lhes forma, localizá-los em uma determinada categoria que é partilhada por outras pessoas. Quando novos elementos são identificados, eles juntam-se ao modelo

anterior, sintetizando-se. Ao serem percebidos a partir das experiências, somam-se com a realidade já convencionada. Nesse processo, os indivíduos identificam elementos significativos e não significativos da realidade, agregando as RS àqueles que sejam significativos.

As RS são prescritivas à medida que se impõem sobre os indivíduos de forma irresistível. São anteriores à própria existência dos sujeitos individuais, visto que há uma cultura preexistente, na qual o sujeito está inserido. Ao convencionar um objeto, determinados modos de lidar com o mesmo são estabelecidos. Assim, ao reagir à realidade a partir do que já se compreende dela, segue-se um modo prescritivo para fazer isso. As representações compartilhadas penetram e influenciam o modo de agir, isto é, as práticas sociais não são pensadas pelos sujeitos individualmente, mas são (re)pensadas e (re)elaboradas por eles enquanto grupo (MOSCOVICI, 2011).

A representação suscita a existência de um objeto a ser representado, independente da matéria de que é constituído. Portanto, pode tratar-se de uma pessoa ou acontecimento, fenômeno, ideia, teoria mítica ou real. Mas sempre haverá a necessidade do objeto. A representação do objeto é que irá apresentá-lo, substituí-lo e tomar o seu lugar. A partir dessa substituição o objeto se tornará presente ainda que esteja distante ou ausente, os sujeitos poderão se relacionar, ser influenciados por ele, mesmo não estando diante dele (JODELET, 1993).

As representações sociais configuram-se sempre como a representação de algo ou de alguém (sujeito-objeto). A relação estabelecida entre a representação com o objeto é sempre de simbolização e interpretação, isto é, ela o substitui e atribui significados (JODELET, 1993).

Conforme explicam Lobo e Werneck (2018), as representações além de serem sociais, estabelecem um elo com o indivíduo, que subjetivamente organiza esse processo na tentativa de tornar familiar algo do universo consensual ainda não familiarizado. Moscovici (2011) ressalta que esse processo não é fácil exigindo dos

indivíduos que coloquem em funcionamento dois mecanismos: a ancoragem e a objetivação.

A ancoragem dá-se a partir da apropriação de ideias novas mediante a redução em categorias comuns, já familiarizadas no contexto social do indivíduo. Esse processo visa operar e integrar de forma cognitiva o objeto representado no interior de um sistema pré-definido, inserindo esses novos elementos de saber a uma rede de categorias familiares (LOBO; WERNECK, 2018).

Por sua vez, o processo de objetivação familiariza e constrói a representação, tornando concreto o novo concreto apreendido. Insere-se esse processo no campo da cognição. O ato de objetivar consiste na transformação de uma ideia em uma imagem (LOBO; WERNECK, 2018).

Segundo Moscovici (2011), as representações sociais perpetuam-se na sociedade, influenciando no processo de construção dos sujeitos, tanto no que tange à sua forma de perceber o outro quanto de perceber a si mesmo. Essa perpetuação acontece em razão do caráter dinâmico e grupal das RS. Estas, após serem criadas nos grupos se disseminam, modificando e até dando origem a outras representações/significados.

É nesse contexto que, no próximo item, analisar-se-á acerca da sexualidade no âmbito das representações sociais.

A sexualidade nas representações sociais

A construção da sexualidade dos indivíduos assentada em representações de sexo, vinculada à dimensão biológica, ora percebida como potencialidade de prazer, desejo e sensualidade; ora relacionada a doenças, morte, pecado e, portanto, algo que deve ser controlado, disciplinado, reprimido, dependendo do tipo de orientação que o indivíduo recebe, desde cedo, em seu ambiente familiar e dos grupos sociais em que está inserido, conforme explicita Nascimento (2012). De acordo com explicação de Piscalho, Serafim e Leal (2000, p. 354):

Na sexualidade existe todo um processo de aprendizagem quotidiana, espontânea e ocasional, através da percepção de atitudes que os vários intervenientes (Pais, família, amigos, professores, meios de comunicação social etc.) produzem face aos acontecimentos e atitudes sexuais. Esta aprendizagem não se restringe à infância e adolescência, mas prolonga-se através de toda a vida do adulto, e tão importante quanto este processo de transmissão de valores são as experiências de relacionamento íntimo que poderão ou não promover uma atitude positiva e saudável face à própria sexualidade.

Conforme mostram os autores, diversos agentes interferem na aquisição de conhecimento e construção da sexualidade dos indivíduos, influenciando em suas atitudes e manifestações sexuais. Essa aprendizagem acontece ao longo de toda a vida e, juntamente com as experiências pessoais vão levar a uma determinada atitude em relação à sexualidade. Nesse processo, vários fatores podem intervir nas representações de sexualidade, suscitando atenção especialmente daqueles que trabalham com orientação sexual. Sobre isso, Nascimento (2012, p. 13) afirma que:

Aqueles que trabalham com orientação sexual precisam estar atentos às mudanças de representações sociais de sexualidade, pois ao longo do tempo mudanças ocorrem nessas representações devido a fenômenos que exerceram grande influência no comportamento de homens e de mulheres tais como a eclosão do movimento feminista, o aumento de índices de gravidez precoce, a propagação da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e de outras doenças sexualmente transmissíveis (NASCIMENTO, 2012, p. 13).

Mudanças ocorridas nos discursos sobre sexualidade também evidenciam outras representações sociais sobre ela. Diversos temas como pílula anticoncepcional, prazer, gravidez, fertilização in vitro, aborto, mãe solteira, parto, exames de DNA (na investigação de paternidade), movimento LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), doenças sexualmente transmissíveis, prostituição, adultério, amor livre, entre tantos outros fenômenos, contribuíram para a emergência de discursos sobre estas questões no âmbito social e escolar, segundo

ressalta Nascimento (2012) a partir de estudo de obra de Furlan (2008). O autor afirma:

A sexualidade vem sendo discutida ao longo da história, revelando representações construídas sob a influência de experiências individuais e coletivas, norteadas pela cultura, valores e crenças dos diferentes grupos sociais. Tais representações orientam condutas, gerando reformulações e transformações no modo de pensamento e comportamento do indivíduo frente à sexualidade (NASCIMENTO, 2012, p. 25).

Os diferentes grupos representam a sexualidade a partir de uma visão particular. O saber adquirido acerca desse objeto torna-se parte do grupo, estando presente em suas conversas, expresso sob diversas formas: frases, jargões, slogans, ditados, preconceitos, estereótipos (etc.), formas que assumem caráter de realidade para o indivíduo (NASCIMENTO, 2012).

A forma como um grupo pensa e se comporta em relação a gênero influenciará a forma de conduta e modo de pensamento acerca da sexualidade. Sabe-se que mesmo com mudanças aceleradas ocorridas nas áreas econômica, política, social e cultural no século XX, alguns significados arcaicos centrados em dicotomias hierárquicas entre masculino e feminino ainda persistem nas relações cotidianas nos dias atuais, além de tabus e preconceitos de ordem cultural e historicamente consolidados por grupos hegemônicos da sociedade (NASCIMENTO, 2012).

De acordo com Carmo e Resende (2018), a partir dos estudos de Fry e Macrae (1985), Louro (2008) e Foucault (2014), a sexualidade não se limita ao âmbito privado e diante disso, infere-se que embora seja mais um elemento das identidades dos sujeitos, ela se manifesta nas relações cotidianas em diversos níveis. Isto é, a sexualidade evidencia-se tanto nas relações interindividuais quanto na forma de estruturação das sociedades e na relação que os sujeitos mantêm com seus afetos e corpos. Ao longo da história, a sexualidade tornou-se objeto de estudo e domínio da religião e das ciências, com estas descrevendo, compreendendo, regulando, explicando, educando e normatizando a sexualidade. Tais

normatizações e proibições, mesmo variando no decorrer da história, acabaram por determinar uma das possibilidades de expressão da sexualidade como aceitável, como centro. Em consequência, outras formas de expressões da sexualidade passaram a ser consideradas dissidentes e foram alvos de sanções.

A história da sexualidade revela mudanças nas suas representações ao longo do tempo. Conforme ressaltado por Ribeiro (2019, p. 1):

A maneira como as civilizações entendiam e lidavam com comportamentos, valores e normas ligados ao sexo nunca foram iguais e, tampouco, constantes. Cada cultura e momento histórico viam e viviam sua sexualidade diferentemente. Inclusive, o pensamento sexual ocidental é fruto, em grande parte, das concepções e valores do século XIX. Um período muito próximo de nós e que nada tinham em comum com as práticas e atitudes sexuais da Antiguidade, da Idade Média e da Idade Moderna. Em dez mil anos de história, a relação sexo-humanidade sempre foi extremamente complexa, pois envolveu (e envolve) questões sociais, culturais, religiosas e psicológicas, construídas historicamente, determinadas diferentemente em cada povo e época.

De acordo com o autor, não havia na Antiguidade uma moralidade homogênea e aplicada, com a sexualidade sendo vivida pelos indivíduos livremente. Na Idade Média, porquanto a Igreja Católica ainda se consolidava, levou um certo tempo para que os valores cristãos fossem assimilados como regra de vida. O sexo era praticado nos ritos e festas que aconteciam na época da colheita e do plantio. “Estes costumes, passados de geração para geração, não foram totalmente erradicados com o advento do cristianismo; daí uma possível explicação para as liberdades sexuais que se contrapunham à moral pregada pela igreja (RIBEIRO, 2019, p. 5).

A partir do século XII, a doutrina da igreja passou a determinar a conduta das pessoas, inclusive em relação ao sexo, que deveria acontecer dentro do casamento e com a finalidade exclusiva de procriação. Eram determinados como pecados contra o corpo: a prostituição, o adultério, a homossexualidade, o autoerotismo. A culpa passou a ocupar o imaginário popular. Mesmo assim, “as

práticas sexuais continuaram fazendo parte do cotidiano amoroso de homens e mulheres, pois não era possível, de um momento para o outro, neutralizar costumes em vigência há séculos (RIBEIRO, 2019, p. 6).

Foi somente a partir do século XVI e notadamente no século XVIII, em decorrência do puritanismo¹, que aconteceram mudanças no caráter, na moral e nos valores do homem europeu que, gradativamente, tornou-se um homem contido, regrado e controlado (RIBEIRO, 2019). O puritanismo consiste no fenômeno que,

permite entender o caráter sexual de homens e mulheres ocidentais nos dias de hoje por dois motivos. O primeiro foi exatamente por causa de seu ascetismo, que facilitou a inserção, na Europa do século seguinte de uma ideologia médico-social de controle, normatização e classificação de atos, atitudes e comportamentos sexuais. O segundo foi a ética moral da constância de caráter, da introspecção e da formulação de um rígido padrão de comportamento. Não havia mais lugar para a sensualidade e o prazer sexual, que não estavam de acordo com a disciplina sugerida. Indivíduos formados sob a égide do puritanismo, portanto, eram indivíduos seguidores de normas e regras, com facilidade de conter as emoções (RIBEIRO, 2019, p. 6).

Em decorrência da convulsão social pela qual passou a Europa, durante os séculos XVI a XVIII, em resultado da Reforma Protestante, da Contrarreforma e do advento do capitalismo, nos países católicos e protestantes o povo passou a ser chamado para uma nova ordem moral e sexual, contrária à liberdade da Idade Média. Com o capitalismo, muitas mudanças sociais, econômicas e políticas ocorreram. No que tange ao sexo, este “passou a ser controlado, submetido a regras e normas e, para tal, era necessária uma sustentação científica para justificar essas concepções [...] o saber sexual vinculado à ciência sexual europeia surgida a partir do século XIX,

¹ O puritanismo foi “uma doutrina protestante baseada no Calvinismo, orientada por princípios morais rígidos e forma simples de adoração praticados na Inglaterra durante o século XVI, em que os preceitos se pautavam no cristianismo puro, seguindo normas de condutas mais rigorosas que as ordinariamente vigentes” (Portal Significados, 2014, p. 1).

se opôs a uma arte erótica que, no oriente visava a satisfação e o prazer sexual (RIBEIRO, 2019, p. 6).

Essas transformações resultaram também na ascensão e consolidação da ciência, da tecnologia e da razão. Neste contexto emergiu o vitorianismo² do século XIX, caracterizado por uma ideologia sexual repressora, que passou a nortear o comportamento e as atitudes sexuais dos indivíduos a partir de então, com relevantes reflexos até os dias atuais. A repressão sexual passou a ser baseada em padrões e normas negativistas e restritivas que davam suporte ao controle sexual difundido pela moral médica. Todos, católicos, protestantes, médicos e educadores, passaram a atuar no sentido de normatizar atitudes e comportamentos sexuais por meio de postulados pseudocientíficos. A sexualidade passou a ser concebida como instinto biológico voltado para a reprodução da espécie, relacionada à genitalidade e à heterossexualidade (RIBEIRO, 2019).

Diante do que foi exposto, percebe-se que a representação da sexualidade mudou no decorrer do tempo, exigindo dos indivíduos a internalização e assunção de novas posturas. A partir das mudanças relatadas, novos padrões de moral e valores foram sendo impostos aos indivíduos, influenciando na sua maneira de viver a sexualidade.

Conforme ressaltam Carmo e Resende (2018), sendo a sexualidade uma característica constitutiva do sujeito, ela é elemento importante na constituição tanto da identidade do sujeito quanto das sociedades. Algumas identidades sexuais são marginalizadas e concebidas como desviantes, anormais e/ou periféricas, enquanto o padrão heterossexual é percebido e considerado como central, normal, legítimo, caracterizando o chamado heterossexualíssimo e/ou heteronormatividade.

² O vitorianismo, ou Era Vitoriana, foi o período no qual a Rainha Vitória reinou sobre a Inglaterra, entre 1837 a 1901. Neste período grandes transformações técnicas ocorreram, impulsionando a economia e o desenvolvimento de uma camada social média e ilustrada. Foram intensas também as transformações políticas e culturais (INFOESCOLA, 2019).

Em suas reflexões, Araújo e Calsa (2011) ressaltam que a sexualidade compreende um conjunto de valores pessoais e sociais, além de práticas corporais. É essencial ao ser humano, estando presente em toda sua vida e manifestando-se de diferentes formas. Configura-se como uma forma de expressão que reflete o contexto sociocultural no qual a pessoa está inserida. A sexualidade está também associada à atividade sexual, à dimensão biológica, íntima, relacional e subjetiva de cada um e, por tudo isso, é bem mais ampla do que a representação que diferentes grupos sociais possuem.

Considerações Finais

A partir das considerações apresentadas neste trabalho foi possível perceber que as representações sociais constituem conjuntos dinâmicos, tendo como característica a produção de comportamentos e relacionamentos com o meio em que os sujeitos estão inseridos. Trata-se de uma ação que se modifica no âmbito da relação entre os sujeitos e não uma reprodução de fatores sociais estabelecidos. Desse modo, a representação de cada pessoa, ou grupo social, evidencia as faces de sua realidade, permite a percepção da identidade, personalidade e concepção dos indivíduos, bem como dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais de seu meio de vivência.

Constatou-se que a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, significando isto que o indivíduo precisa conhecer o objeto ou sujeito para então representá-lo. E isso é feito mediante dois processos: a ancoragem que tem a função de categorizar e tornar comum aos sujeitos algo que é estranho a eles; e a objetivação cujo papel é objetivar a ancoragem, isto é, externalizar o conhecimento abstraído pelos indivíduos, tornar quase concreto algo abstrato, conforme esclarece Moscovici (2011).

Outro aspecto que ficou evidente foi que as representações são construídas, disseminadas e modificadas no meio social. Elas

são incorporadas, modificadas e devolvidas ao meio pelos sujeitos representantes dos diversos grupos sociais. Sendo assim, os sujeitos, independentes de sua condição, estão inseridos em uma realidade com representações anteriores a eles individualmente. Desse modo, ainda que os sujeitos modifiquem ou reelaborem representações, o fato é que representações sociais diversas estão simultaneamente presentes no meio social. Isto significa que as representações sociais que um grupo tem, ou terá, de si mesmo, inclusive no que tange à sexualidade, são influenciadas por outras representações disseminadas no contexto social dos indivíduos.

Os diferentes grupos representam a sexualidade a partir de uma visão particular. O conhecimento adquirido sobre esse objeto torna-se parte do grupo, estando presente em suas conversas e seu cotidiano a partir de diversas formas de expressão; formas estas que têm caráter de realidade para o indivíduo.

Um aspecto relativo às representações sociais da sexualidade envolve o preconceito e a discriminação. Uma vez que os indivíduos homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais fogem ao padrão socialmente determinado, estes não são aceitos. O preconceito e a discriminação resultam de um sistema que não leva em conta a orientação sexual dos indivíduos, sendo o binômio heterossexualidade-homossexualidade, o critério no qual se baseia o reconhecimento da dignidade dos sujeitos.

Além de ser o único padrão socialmente considerado adequado e aceito, a heterossexualidade se torna compulsória, desvalorizando-se qualquer outra forma de vivência e experiência que não coaduna com esse modelo. Sobre isso, Cardinali (2017, p. 161) afirma que:

Erigida à padrão único, a heterossexualidade se torna compulsória, e toda forma de vivência e experiência que se afaste desse modelo é desvalorizada. Mais do que isso, a heterossexualidade é encarada como modelo natural, correto e sadio, enquanto práticas desviantes são tachadas de antinaturais, patológicos ou pecaminosas.

O preconceito e a discriminação podem acontecer de forma sutil ou manifesta em diversos âmbitos sociais, impedindo o pleno exercício da cidadania daqueles indivíduos cuja orientação sexual diverge daquela socialmente aceita. Tais atitudes são tanto mais graves na medida que envolvem, também, a violência física, psicológica e moral, além de outras manifestações que violam os direitos humanos básicos e essenciais da pessoa, considerada inferior em razão de sua identidade sexual e/ou de gênero e que não corresponde às normas sociais arbitrariamente impostas.

Uma forma de expressão do preconceito e da discriminação é a homofobia, decorrente de padrões e imposições normalizantes sobre os corpos e a sexualidade tendo por base a heteronormatividade. Desse modo, mais que a hostilidade ou violência contra sujeitos homossexuais, a homofobia estaria atrelada a um sistema disciplinador e regulador objetivando a normatização dos corpos.

A discriminação e o preconceito vivenciados pelos indivíduos não heterossexuais são decorrência da percepção conservadora da sociedade. A diversidade sexual não é aceita visto que nas representações sociais dessa sociedade o tipo de relação normal e aceitável é aquela entre homem e mulher.

Essas atitudes impossibilitam a efetiva garantia de direitos humanos e cidadania das pessoas LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), dentre os quais o direito de livre expressão da sexualidade e orientação sexual.

Os preconceitos sustentam-se em bases afetivas e irracionais e são consequência da desinformação, ignorância, moralismo e conservadorismo, estando essas determinações inscritas numa dada formação sociocultural. Isso pode até explicar atitudes de discriminação, mas de modo algum as justifica.

O homossexual é visto como uma pessoa doente, subversiva, inadequada que precisa ser ajustada ao modelo heteronormativo. Em razão disso, a discriminação contra esse indivíduo é intensa e constante em diversos espaços sociais (família, trabalho, escola, etc.). Reafirmando essa ideia, diversos mecanismos sociais

contribuem nesse sentido. Conforme ressaltado por Silva e Leite Júnior (2016, p. 30):

Os diversos mecanismos existentes na sociedade a saber: política, religião ciência, que ensinam formas de viver e são construtores de sujeitos, ao longo da história, colaboraram ou colaboram para a conservação da ideia de que as pessoas não heterossexuais e de gênero não esperado socialmente estão no campo do anormal, abrindo espaço para a manifestação e manutenção da homofobia.

A manutenção de crenças, opiniões, preconceitos e práticas que compõem as representações sociais de muitos sujeitos na sociedade, é negativa à medida que contribui para reforçar as violências homofóbicas praticadas contra indivíduos que não se enquadram no padrão heteronormativo.

De acordo com colocação de Lima (2011, p. 459), “preconceitos são, portanto, atitudes, e como tais se constituem em julgamentos antecipados que têm componentes cognitivos (as crenças e os estereótipos), afetivos (antipatias e aversões) e disposicionais e volitivos (tendências para a discriminação)”. Neste contexto tem-se que os preconceitos envolvendo a diversidade sexual e que caracterizam a homofobia decorrem, geralmente, do desconhecimento que leva a representações precipitadas e arbitrárias. Essas representações normalmente “são fundamentadas em normas, padrões ou convenções sociais que dificultam a reflexão e a busca dos conhecimentos acerca de determinado objeto, nesse caso a diversidade sexual” (SOUZA; SILVA; SANTOS, 2014, p. 398).

O preconceito e a discriminação contra os indivíduos não heterossexuais são atitudes cruéis por afastá-los do convívio social e negar-lhes oportunidades de uma condição digna de vida a partir da educação e do trabalho. Isso tem como consequência social o baixo nível de escolaridade, o subemprego e o desemprego, a exclusão socioeconômica e a marginalização social. Além disso, fere os princípios dos Direitos Humanos à medida que expõe e constrange as pessoas.

O estigma social e a discriminação contra os homossexuais ainda são muito fortes e persistentes na sociedade contemporânea com dimensões significativas, apesar da existência de legislação que condena tais atos e dos inúmeros debates acerca da questão. Isso indica a necessidade de uma conscientização mais efetiva, de informação e de conhecimento, o que resultaria em mudanças de atitudes. É necessário e importante que uma visão mais humanística envolvendo a experiência da sexualidade seja transmitida a toda sociedade, bem como a revisão e reflexão de seus (pré) conceitos, de forma a promover o respeito em reação àqueles cuja orientação sexual difere da heterossexual.

Referências

ABRIC, J. C. **Pratiques sociales et représentation**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

ARAÚJO, K. de T. CALSA, G. C. A teoria das representações sociais como possibilitadora de reflexões sobre as relações de corpo, gênero e sexualidade de jogadoras de futebol em espaço, escolar. **X Congresso Nacional de Educação-EDUCERE / I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 7 a 10 nov./2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6134_3910.pdf. Acesso em: 21.07.2019.

CARDINALI, D. C. A escola como instrumento de dever constitucional de enfrentamento da homofobia: potencialidades e tensões. **Revista Publicum**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 157-189, 2017. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum>. Acesso em: 05.01.2020.

CARMO, E. B.; RESENDE, F. M. Representações sociais e o processo de construção de identidades homossexuais: identificando e comparando as representações de homens homossexuais e homens heterossexuais sobre a homossexualidade masculina. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 5, p. 558-578, jan./jun. 2018. Disponível

em: periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/downloads/16005/13028. Acesso em: 15.07.2019.

CRUSOÉ, N.M. de C. A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação. APRENDER – Cad. Filosofia e Psic. da Educação, Educação, Vitória da Conquista, ano II, n.1, p. 105-117, jan/jun. 2004. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprenderyarticle/riew/3065>. Acesso em 16.07.2019.

INFOESCOLA. **Era Vitoriana**. Disponível em:

<https://www.infoescola.com/historia/era-vitoriana/>. Acesso em: 24.07.2019.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Ed.). **As Representações Sociais**. Trad. Tarso Bonilha Mazzoti. Revisão Técnica Alda Judith Alves Mazotti. UFRJ/Faculdade de Educação, dez. 1993. Uso escolar.

LIMA, M. E. O. Preconceito. In: TORRES, A. R. R. et al. (org.). **Psicologia Social: temas e teorias**. Brasília: Technopolitik, 2011, p. 451-500.

LOBO, R. F.; WERNECK, M. M. F. A interdisciplinaridade do conceito de Representações Sociais de Serge Moscovici. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté-SP: UNITAU, v. 11, n. 1, edição 20, p. 8-18, junho/2018. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/355>. Acesso em: 15.07.2019.

LOPES, T. J. da S. As Representações Sociais e a Educação. **XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE/II Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE / IV Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente – SIPD/CATEDRA_UNESCO**. Curitiba-PR: Pontifícia Universidade Católica, 23 a 26 set./2013, p. 25158-25167.

MACHADO, L. B. **Representações Sociais, educação e formação docente: tendências e pesquisas na IV jornada internacional**. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/geral/educacao_foco/representacoessociaislaedamachado.pdf>. Acesso em: 10.07.2019.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, [1961], 2012.

_____. **Representações Sociais**: investigações em Psicologia Social. 6. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NASCIMENTO, M. F. do. **Representações Sociais de sexualidade por alunos e professores de ensino médio**. (Dissertação Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2012.

PISCALHO, I.; SERAFIM, I.; LEAL, I. Representações sociais da educação sexual em adolescentes. In: **Congresso Nacional de Psicologia da Saúde**, 3, p. 353-362, Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2000.

Portal Significados. **Significado de Puritana**. 19. Ago. 2014. Disponível em: <https://www.significados.com.br/puritana>. Acesso em: 23.07.2019.

RIBEIRO, P. R. M. **A sexualidade também tem história**: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. Disponível em: ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/contente/lessons/50/texto%20sewsexualidade1.pdf. Acesso em: 21.07.2019.

SILVA, L. L. S.; LEITE JÚNIOR, F. F. Homofobia na escola: problematizando gênero e sexualidade entre estudantes do ensino médio. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, vol. 2, n. 2, p. 30-37, jul/dez 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba/index.php/cadgendiv>. Acesso em: 05.01.2020.

SOUZA, E. de J.; SILVA, J. P. da; SANTOS, C. Diversidade sexual na escola: uma análise das representações sociais de educadores/as. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 11, n. 25, p. 389-422, 2014. Disponível em: [periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view Article/841](http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/Article/841). Acesso em: 16.05.2019.

SPADONI, L. **Psicologia realmente aplicada ao Direito**. São Paulo: LTR, 2016.